

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.742.117 - AM (2018/0119042-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA  
**ADVOGADOS** : KEYTH YARA PONTES PINA - AM003467  
CAROLINA RIBEIRO BOTELHO - AM005963  
CARLOS MURILO LAREDO SOUZA E OUTRO(S) - AM007356  
**RECORRENTE** : HOSPITAL SANTA JÚLIA LTDA  
**ADVOGADOS** : JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO - AM001456  
SANDRO ABREU TORRES E OUTRO(S) - AM004078  
JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA - AM002950  
LUCCA FERNANDES ALBUQUERQUE - AM011712  
**RECORRIDO** : MARCOS JOSE DE OLIVEIRA OLIVEIRA  
**ADVOGADOS** : ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS - AM007526  
GUSTAVO DA SILVA GRILLO E OUTRO(S) - AM007883  
MARCOS FABIO OLIVEIRA DE LIMA - AM011070  
**INTERES.** : PLURAL GESTAO EM PLANOS DE SAUDE LTDA  
**ADVOGADO** : ÉRICO CABOCLO DE MACEDO - AM007685

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por **UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA**, com fundamento na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, assim ementado (fl. 414, e-STJ):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. RELAÇÃO DE CONSUMO. INTERVENÇÃO CIRÚRGICA. PLANO DE SAÚDE. SUSPENSÃO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. ADMINISTRADORA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. VIOLAÇÃO AO DEVER DE INFORMAÇÃO. ARTIGO 6º DO CDC. VIOLAÇÃO AOS TERMOS DO CONTRATO. DIREITO À SAÚDE. GARANTIA CONSTITUCIONAL. DANO MORAL CONFIGURADO. CRITÉRIO BIFÁSICO DE FIXAÇÃO DO QUANTUM. PRECEDENTES. TAXA SELIC. APLICAÇÃO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

- Há nos autos relação de consumo entre as partes, de sorte que participaram nesta tanto a administradora de benefícios quanto o plano de saúde escolhido pelo consumidor, de maneira que aquelas assumem o papel de fornecedores do serviço pactuado. Dessa forma, ambos devem responder por eventuais prejuízos suportados pelo consumidor, conforme clarividente determinação legal contida no artigo 14, *caput*, da Lei nº 8.078/90;

- O Hospital Santa Júlia traz como argumento para o seu recurso a existência de reconhecimento judicial da legitimidade da suspensão do atendimento de aderentes do plano de saúde UNIMED, conforme julgamento proferido pela Terceira Câmara Cível desta Corte nos autos nº 4003237-35.2013.8.04.0000. Todavia, a questão debatida naqueles autos não interfere na lide ora sob julgamento. Isso porque, nestes autos se vislumbra

uma relação de consumo e não obrigacional como verificado naquela demanda julgada pelo supracitado órgão fracionário. Assim, há responsabilidade também do hospital pela má prestação do serviço;

- O contrato firmado entre o plano de saúde e o apelado não fora devidamente cumprido. Ademais, a UNIMED permaneceu inerte quando do pedido de explicações extrajudicial feito pelo apelado, o qual não fora sequer respondido, demonstrando o seu total descaso com seus clientes, sendo responsável pelo ato ilícito suportado pelo consumidor;

- O dever de informar não fora observado pelos réus, violando o disposto no artigo 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor, não sendo lícito que o consumidor suporte os prejuízos causados pela suspensão do atendimento pelo hospital dos beneficiários do plano de saúde supracitado;

- Quanto aos juros e correção monetária, esta Corte já firmou posicionamento de que se deve aplicar a taxa SELIC para a atualização dos valores arbitrados;

- Recursos de apelação da Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda (fls. 306/317) e do Hospital Santa Júlia Ltda conhecidos e desprovidos; recursos de apelação da UNIMED de Manaus cooperativa de trabalho médico Ltda conhecido e provido em parte.

Os embargos de declaração opostos por ambas as recorrentes foram rejeitados (fls. 443-445, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 492-499, e-STJ), sustenta, em síntese, violação ao arts. 489 e 1.022, II, do CPC/15 e, no mérito, ofensa aos arts. 397 e 407 do CC. Alega, negativa de prestação jurisdicional e ausência de fundamentação no julgado. Defende que os juros de mora devem ser contados da data do arbitramento da indenização.

Não foram apresentadas contrarrazões, conforme certidão de fl. 510, e-STJ.

Admitido o processamento do recurso na origem, consoante decisão de fls. 511-514, e-STJ, ascenderam os autos a esta Corte.

É o relatório.

Decido.

1. Quanto à apontada violação dos artigos 489 e 1.022 do NCPC, não assiste razão à recorrente, porquanto uníssona a jurisprudência deste STJ no sentido de que inócorre a mácula quando clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia, revelando-se desnecessário ao magistrado rebater cada um dos argumentos declinados pela parte (Precedentes: AgRg no Ag 1.402.701/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 06.09.2011; REsp 1.264.044/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 08.09.2011; AgRg nos EDcl no Ag 1.304.733/RS, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 23.08.2011, DJe 31.08.2011; AgRg no REsp 1.245.079/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 16.08.2011, DJe 19.08.2011; e AgRg no Ag 1.407.760/RJ, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 09.08.2011, DJe 22.08.2011).

Com efeito, sobre a questão tida como olvidada, colhe-se da fundamentação o seguinte excerto (fl. 424, e-STJ):

Ante o exposto, em parcial consonância com o parecer ministerial (fls. 43/409), voto pelo conhecimento e desprovidimento dos recursos de apelação interpostos por Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda (fls. 306/317) e

Hospital Santa Júlia Ltda (fls. 323/339) e pelo conhecimento e provimento em parte do recurso interposto por UNIMED de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda (fls. 349/360), reformando a sentença ora guerreada apenas para aplicação da taxa SELIC ao valor fixado a título de danos morais, mantendo todos os seus demais termos [g.n.].

A sentença, por sua vez, delimitou os juros de mora a partir do evento danoso (fl. 297,e-STJ).

Assim, não há se falar em violação ao art. 1022 do CPC/2015 na espécie, uma vez que a Corte local, de modo satisfativo e sólido, apreciou todos os pontos necessários para o julgamento do caso, inclusive com a manutenção da sentença em todos os seus termos.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. TAXAS CONDOMINIAIS. PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ EM SEDE DE REPETITIVO. SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação dos artigos 1022 e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

(...)

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1192304/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 23/03/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE TAXAS CONDOMINIAIS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO.

1. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 489 e 1022 do CPC/2015.

2. Agravo interno no recurso especial desprovido, com majoração de honorários.

(AgInt no REsp 1669793/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 06/03/2018)

2. Com relação ao termo inicial dos juros de mora, o Tribunal de origem confirmou a sentença que determinou que os juros moratórios incidam a partir da data do evento danoso.

Observa-se, assim, que o julgado encontra-se em desarmonia com o entendimento consolidado pela Segunda Seção do STJ no sentido de que, "em se tratando de indenização por danos morais decorrentes de responsabilidade contratual, como na hipótese, o termo inicial dos juros de mora é a data da citação" (AgRg no AREsp 705.163/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018).

E ainda:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A solução adotada pelo acórdão recorrido está em conformidade com a pacífica jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que, nos casos de responsabilidade civil contratual, o termo inicial dos juros de mora é a data da citação. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. O instituto da exceptio non adimpleti contractus (art. 476, CC/2002) é adstrito ao campo obrigacional/contratual, não podendo ser aventado como hipótese justificadora para descumprimento de decisões judiciais.

3. O Tribunal de origem não emitiu juízo de valor sobre o art. 618, I, do CPC/1973, mesmo após a oposição dos embargos declaratórios, carecendo, no ponto, do imprescindível requisito do prequestionamento. Incidência da Súmula n. 211 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 989.569/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 04/09/2018)

Assim, o Tribunal de origem ao confirmar o entendimento proferido pelo Juízo singular de que os juros moratórios incidem a partir da data do evento danoso, decidiu em desconformidade à jurisprudência desta Casa, impondo-se a reforma do julgado nesse ponto.

**3. Do exposto, dou parcial provimento** ao recurso especial de UNIMED DE MANAUS COOPERTIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA para determinar que os juros moratórios incidam a partir da citação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator